

# Saulo inventa truque para apressar votação do mandato

Janio de Freitas

## O negócio dos cinco anos

Quando faltam mesmo os mínimos resquícios de pudor e compostura, a hipocrisia se torna até positiva e simpática, por poupar aos circunstanciais espetáculos que só deveriam ser presenciados pelos especialistas em verminoses. Mas nem com a hipocrisia dos constituintes vendidos se pode mais contar. O desnudamento moral vai se tornando incontível.

A entrevista em que o deputado Roberto Cardoso Alves, que passa por ser peemedebista, diz que "os 317 signatários da emenda favorável aos cinco anos para Sarney assinaram uma promissória", ele próprio entre os 317, é um escárnio com seus eleitores paulistas e um desafio para os demais.

A imagem da promissória, precisa no sentido e na terminologia comercial, é explicada por Cardoso Alves com o argumento de que "esses 317 constituintes foram beneficiados pelo governo (ele próprio entre os 317) e, portanto, têm obrigação de honrar esse compromisso". Pergunta-se: honrar com que honra? O sujeito que troca um voto por "benefícios" acaso tem honra?

Nem honra e nem compromissos são mencionáveis no caso. O parlamentar que recebe "benefícios" para votar de determinada maneira, e ainda mais quando se trata de elaborar uma Constituição em que todo o país depositou suas aspirações, já começa por não ser de pagar compromisso a partir mesmo do primeiro deles: o compromisso de representar o seu eleitorado, que não o levou à Constituinte para andar pelos gabinetes se vendendo, e vendendo-o, por "benefícios".

Acha Cardoso Alves que, dos 317 signatários da emenda, "quem não votar nos cinco anos tem de devolver todos os cargos que ganhou do governo" (ele próprio entre os 317). O governo não dá cargos. Quem os dá e

autoriza a dá-los é a pessoa do chefe do governo, o presidente da República. Não lhe bastando, pois, a confissão extensiva às três centenas de sócios, Cardoso Alves aponta o autor desta corrupção de constituintes, com a moeda dos "benefícios" que são partes do que deveria ser apenas a administração pública do país. Presta afinal um serviço o deputado Cardoso Alves: depois de sua entrevista, na qualidade de liderança exponencial do Centrão, basta recordá-la para desmoralizar qualquer contestação a notícias e comentários sobre os métodos com que o presidente tenta obter, ou melhor, adquirir o mandato de cinco anos.

Quanto à devolução dos "cargos recebidos do governo", não se aflija Cardoso Alves se as compras e vendas não forem suficientes para dar a vitória ao empreendimento Sarney & Cia. Seus esforços para interessar outros constituintes no negócio dos cinco anos há de ser reconhecido. Bastam para pagar o cargo de diretor da Caixa Econômica Federal que lhe foi dado entre outros "benefícios" concedidos por Sarney.

## Segurança

A emenda-gigante do Centrão pretende eliminar do projeto de Constituição, e portanto da própria, o artigo que levaria a uma lei específica para punir os crimes de natureza econômica ou financeira.

E o que se chama "legislar em causa própria".

## É isso

O Centro de Orientação sobre Drogas e Atendimento a Toxicômanos informa: dobrou o consumo de cocaína em Brasília.

Puxa, até que enfim uma explicação convincente.



O consultor-geral da República, Saulo Ramos, que ontem deu entrevista à Folha

Da Sucursal de Brasília

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, revelou ontem, em entrevista à Folha, uma fórmula que criou para viabilizar a antecipação da votação do mandato do presidente Sarney no plenário do Congresso constituinte. Sua idéia é simples: a votação das "Disposições Transitórias" da nova Constituição, que só ocorreria no final dos trabalhos constituintes, passaria a ser feita simultaneamente à votação das disposições permanentes. Assim, logo depois de aprovar o prazo de mandato dos futuros presidentes, no título "Da Organização dos Poderes e do Sistema de Governo", os parlamentares votariam o trecho das "Disposições Transitórias" que trata do mandato de Sarney. "A votação simultânea é a melhor técnica", afirma Saulo, que apresentou sua fórmula ao presidente Sarney e a líderes políticos ligados ao governo.

A proposta de Saulo Ramos é, na verdade, uma artimanha jurídica para antecipar a votação do mandato, sem desprezar o regimento do Congresso constituinte. O artigo nono do regimento proíbe, em seu parágrafo terceiro, qualquer tipo de antecipação. Diz que as votações "serão realizadas na ordem crescente dos capítulos". Saulo argumenta que sua idéia é perfeitamente afinada com o regimento: "A votação das 'Disposições Transitórias' seria feita

depois da votação das disposições permanentes. A diferença é que as transitórias não ficariam para o final da Constituinte."

Ontem mesmo o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), começou a apresentar a "fórmula Saulo" como uma alternativa para vencer às dificuldades regimentais que entravam a antecipação da votação do mandato de Sarney. "Esse problema tem que ser resolvido logo", disse ele, acrescentando que pretende decidir se propõe ou não a inversão de pauta até a próxima quarta-feira. Simultaneamente, a idéia começou a ser bombardeada pelos chamados "históricos" do PMDB: "Trata-se de mais uma manobra do Planalto e de Carlos Sant'Anna", disse o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR).

Saulo Ramos procura desvincular sua proposta da intenção de Sarney, manifestada várias vezes, de saber logo quanto tempo de governo ainda lhe resta, se quatro ou cinco anos. Diz que a fórmula serve para todo o projeto de Constituição. "Deixar as 'Disposições Transitórias' para o final não é a melhor coisa. A votação simultânea permite aos parlamentares liquidar um assunto numa só discussão. A disposição permanente é um novo direito aprovado e a transição nada mais é que a transição de um direito vigente para esse novo direito aprovado. Não vejo porque não discutir tudo simultaneamente".

# Programa de governo dá como certo os 5 anos

Da Sucursal de Brasília

O presidente José Sarney está solicitando a seus ministros subsídios para a elaboração de um novo programa de governo. Este trabalho está sendo feito com a perspectiva de que o mandato de cinco anos seja aprovado no plenário do Congresso constituinte. "Nós estamos solicitando que os ministros façam o levantamento destes subsídios nas reuniões que estamos mantendo", disse ontem o líder do governo na Câmara,

Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), no Palácio do Planalto, depois da posse do ministro do Planejamento, João Batista de Abreu.

Os "subsídios" começaram a ser solicitados nas reuniões que o presidente José Sarney tem mantido com os ministros à noite, no Palácio da Alvorada. Foram três só nesta semana. Elaborado, o programa deverá ser apresentado após a promulgação da Constituição, disse Sant'Anna.

A Folha apurou que, além de serem

chamados a dar subsídios para um novo programa, os ministros também foram solicitados a dar suas contribuições para a nova Constituição. Cada ministro participará apontando as propostas que devem ser mantidas no projeto constitucional que começa a ser votado pelo plenário do Congresso constituinte no próximo dia 27. Eles também deverão apresentar sugestões quando acharem necessária substituições.

Sarney está apostando na atuação coesa entre governo e ministérios. O

presidente acredita que se cada ministro atuar de forma independente, sem coordenação, o governo perde a eficácia. Discussões públicas e trocas de acusações mútuas entre ministros serão combatidas. Ontem, na posse de Abreu, esta intenção foi expressa pelo próprio presidente em seu discurso: "Harmonia e integração da equipe econômica e a colaboração dos ministros, com absoluta lealdade às diretrizes do presidente (...) assegurarão o êxito do programa governamental."